

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.558.552 - MS (2019/0228996-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : **JOSÉ SEBASTIÃO DE ANDRADE JÚNIOR**  
**ADVOGADOS** : **LEONARDO AVELINO DUARTE - MS007675**  
                  **ÉLVIO MARCUS DIAS ARAÚJO - MS013070**  
                  **WILSON ROBERTO ROSILHO JÚNIOR - MS017000**  
                  **FERNANDA PÁ• DUA MATHIAS - MS015678B**  
                  **CAMILA NOGUEIRA RONCADA - MS022987**  
**AGRAVADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**INTERES.** : **MUNICÍPIO DE BATAGUASSÚ**  
**ADVOGADO** : **JEAN NEVES MENDONÇA - MS014720**

### **EMENTA**

ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. IMPUGNAÇÃO DOS TERMOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO APELO ESPECIAL. AGRAVO CONVERTIDO EM RECURSO ESPECIAL.

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por JOSÉ SEBASTIÃO DE ANDRADE JÚNIOR em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado (e-STJ fls. 1861/1862):

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – ACUMULAÇÃO DE CARGOS – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE COM DIRETOR CLÍNICO DA SANTA CASA COM MÉDICO CONTRATADO PELO MUNICÍPIO ALÉM DO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES COMO MÉDICO PARTICULAR – EXCEPCIONALIDADE NÃO PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGO 37, XVI, DA CF – INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS E FUNÇÕES – ACUMULAÇÃO INDEVIDA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO.

A regra estabelecida é a vedação à acumulação de cargos públicos e as exceções não comportam interpretação extensiva, sendo certo que, em qualquer hipótese de permissividade, há de sempre estar presente o pressuposto da compatibilidade de horários.

No caso, a acumulação do cargo de Secretário Municipal de Saúde com o de Diretor Clínico da Santa Casa de Misericórdia de Bataguassu encontra óbice nos princípios constitucionais do artigo 37, caput, da CF, bem como na Lei n.

8.080/1990, notadamente em seu art. 26, § 4º e no art. 28, § 2º ambos c/c a Portaria 134/2011 da SAS. Ademais, a acumulação do cargo de Secretário Municipal de Saúde com o de médico contratado pela municipalidade não configura nenhuma das situações excepcionais do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal, sendo vedada portanto, mormente a

# Superior Tribunal de Justiça

incompatibilidade de funções e carga horária.

Evidente, portanto, a afronta na acumulação dos cargos aos princípios da legalidade e da eficiência da Administração Pública, caracterizando improbidade, nos termos do artigo 11, da Lei n. 8429/1992, pois o dolo exigível para caracterização do ato de improbidade é o eventual ou genérico de praticar conduta que ofenda os princípios da Administração Pública, não sendo necessária a presença de intenção específica.

Nas razões do recurso especial, aduz a parte ora Recorrente que houve ofensa ao art. 11 da Lei n. 8429/92 por entender pela não ocorrência de ato de improbidade administrativa sob o argumento de que "possuía contrato de parceria com o Hospital como prestador de serviços no SUS, desde antes se tornar gestor da saúde local. Nem auto contratação ocorreu, tanto que por esta razão, enriquecimento ilícito, o apelante não foi condenado. Ademais, o recorrente prestava atendimento médico a particulares e conveniados. Toda a remuneração da parceira vem da iniciativa privada, de acordo com os documentos de fls. 980-981 e 1229 a 1234. O local no hospital que o contratado assumiu para prestar os serviços sanitários encontrava-se desativado, como se infere da cláusula terceira do contrato (fls. 346 e 347) e de diversos depoimentos prestados no inquérito civil (fls. 1229 a 1234)" (e-STJ fl. 1893).

As contrarrazões foram juntadas às e-STJ fls. 1909/1918.

A decisão de inadmissibilidade do recurso especial foi juntada às e-STJ fls. 1920/1925.

O agravo em recurso especial foi juntado às e-STJ fls. 1931/1938.

A contraminuta ao agravo em recurso especial foi juntada às e-STJ fls. 1943/1951.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Considerando o preenchimento dos requisitos de admissibilidade do agravo e as peculiaridades do caso concreto, o agravo deve ser provido para que seja realizada a reautuação como recurso especial.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, *d*, do RISTJ, conheço do agravo para determinar sua autuação como recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator